

**A. I. N°** - 282219.1201/05-0  
**AUTUADO** - COMPANHIA DE CIMENTO ATOL  
**AUTUANTES** - RUBENS MINORU HONDA  
**ORIGEM** - IFEP COMÉRCIO  
**INTERNET** - 24/04/2006

## 5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0128-05/06

**EMENTA:** ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM MERCADORIAS SUJEITAS AO REGIME DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. **a)** IMPOSTO RETIDO E NÃO RECOLHIDO. Autuado comprovou que parte do montante autuado havia sido lançado através de notas fiscais complementares. Infração elidida em parte. **b)** IMPOSTO RETIDO A MENOS. Os demonstrativos anexados aos autos comprovam que o imposto foi retido a menos, e por isso, são devidas as diferenças apuradas. Infração subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 19/12/2005, exige ICMS no montante de R\$11.951,96 mais multa de 60%, imputando ao contribuinte as seguintes infrações:

1. Procedeu a retenção a menor do ICMS, e o conseqüente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subseqüentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados no Estado da Bahia, exigindo-se imposto no valor de R\$742,85, referente aos meses de agosto e outubro de 2000. Consignou o autuante que os valores estavam demonstrados às fls. 9 do PAF e
2. Deixou de proceder à retenção do ICMS, e o conseqüente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subseqüentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados no Estado da Bahia. Anotou o autuante que houve falta de retenção do ICMS ST. Apurou-se nesta infração o valor de R\$11.209,11.

O autuado, às fls. 75 a 76, impugnou o lançamento tributário, acatando a acusação quanto à infração 01. Em relação à infração 2, alegou que do valor autuado deve ser reduzido para o montante de R\$ 945,06, uma vez que pagou a quantia de R\$3.344,62, conforme fazem provas às notas fiscais de nº 171031, 171033, 171036, 171037, 171619, 181880, 181988 e 181989. Esclareceu que essas são notas fiscais complementares emitidas para pagar o ICMS retido e não constante das notas fiscais de vendas autuadas no mês de agosto de 2000. Observou que os valores foram pagos através de GNREs. Disse que acatou a 3ª infração. Concluiu pela procedência em parte do auto de infração em análise.

O autuante em sua informação fiscal, fls. 92 a 93, analisando os documentos referentes ao PAF, acatou as razões de defesa, opinando pela redução da infração 2 para o montante de R\$7.864,49. Concluiu pela procedência parcial da autuação em exame.

## VOTO

O autuado ao acatar a imputação para a 1ª infração e a tida por ele como 3ª, que em verdade nada mais é do que os demais meses da 2ª, à exceção do débito referente a agosto de 2000, afastou a

lide desses itens. Remanesceu em discussão apenas o valor exigido para agosto de 2000 na 2ª infração, para a qual apresentou como contraprova notas fiscais complementares com parte do imposto exigido para aquele período. Afirmou o mesmo que esse valor foi pago, pugnando a redução do valor cobrado nesse mês para R\$945,06.

O autuante, analisando a prova apresentada, reconheceu a procedência da argumentação do defendente, opinando pela redução da 2ª infração, assumindo essa o valor de R\$7.864,49.

Entendo que o sujeito passivo tributário centrou sua irresignação apenas num mês da 2ª infração, para o qual apresenta contraprova acolhida pelo autuante. Constato que efetivamente parte do valor autuado consta das notas fiscais apresentadas pelo contribuinte, motivo pelo qual tenho como exigidos os valores originais da 1ª infração e aqueles postos pelo autuante em sua informação fiscal para a 2ª infração. Percebo assim que não há mais lide a ser decidida, remanescendo débito a ser recolhido no valor de:

Data Ocorrência	Data Vencimento	Base de Cálculo	Alíquota	Multa	Valor Histórico	Valor em Real
31/08/2000	09/09/2000	1.925,82	17%	60%	327,39	327,39
31/10/2000	09/11/2000	2.443,88	17%	60%	415,46	415,46
31/08/2000	09/09/2000	5.559,18	17%	60%	945,06	945,06
31/08/2001	09/09/2001	5.277,41	17%	60%	897,16	897,16
30/09/2001	09/10/2001	14.816,82	17%	60%	2.518,86	2.518,86
31/10/2001	09/11/2001	6.530,59	17%	60%	1.110,20	1.110,20
30/11/2001	09/12/2001	6.177,29	17%	60%	1.050,14	1.050,14
31/12/2001	09/01/2002	635,35	17%	60%	108,01	108,01
31/05/2002	09/06/2002	549,65	17%	60%	93,44	93,44
31/08/2002	09/09/2002	6.244,47	17%	60%	1061,56	1.061,56
31/10/2002	09/11/2002	470,94	17%	60%	80,06	80,06
<b>Total</b>						<b>8.607,34</b>

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **282219.1201/05-0**, lavrado contra **COMPANHIA DE CIMENTO ATOL**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$8.607,34**, sendo R\$1.687,91, atualizado monetariamente acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, “e”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, e R\$6.919,43, acrescido da multa de 60% prevista no mesmo dispositivo legal e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de abril de 2006.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR